

6.

Considerações finais

Procurei argumentar ao longo desta tese que a política de ciclos pode veicular diferentes finalidades com a sua implantação, na medida em que é influenciada por discursos reguladores/DR ativos no contexto global, nacional e local. Nessa direção, analisei o processo de recontextualização do discurso pedagógico oficial/DPO da política de ciclos ao longo de sua trajetória (1999-2012), nos textos produzidos pela Fundação Municipal de Educação de Niterói/RJ (FME). Com o estudo pude chegar as seguintes considerações:

1. A política de ciclos no contexto local interagiu com as influências globais, mas, não foi abduzida por elas...

Com o estudo, procurei mostrar como a política de ciclos interage com uma variedade de mudanças econômicas, culturais e políticas que afetam a *produção de seu texto, a sua implementação e os seus efeitos*.

Nessa direção, destaquei o contexto do capitalismo global como norteador de influência do forte vínculo estabelecido nos últimos anos entre a educação e o mercado produtivo, expondo de que maneira as reformas de âmbito político e administrativo tem sustentado o paradigma do “novo individualismo” na educação. Com isso, foi possível perceber que o DPO nacional tem sido fortemente influenciado pelo novo modelo de administração do setor público, o gerencialismo; o novo modelo de regulação do Estado, a cultura da performatividade e pela busca de eficiência do sistema, sob o ideário de oferecer a todos uma educação de “qualidade” por intermédio dos princípios do mercado. Foi destacado ainda, que nessa perspectiva, o conhecimento distribuído à educação tem tido como critério, sua relevância para o campo econômico, de modo a formar sujeitos com identidades projetadas (competitivos; consumidores; adaptáveis a regimes de trabalho flexíveis e a empregabilidade). Para isso, adotaram-se políticas curriculares mais centralizadas que privilegiam o desenvolvimento de “competências” (desempenhos flexíveis) e o seu monitoramento mediante as políticas avaliativas em larga escala.

Argumentei ao longo do texto acerca das implicações dessas influências à política de ciclos que tem como marca original, um discurso de oposição ao

modelo global. Nessa direção, observou-se como tendência nos discursos pedagógicos internacionais e nacionais, da política de ciclos ser associada a medidas que visam um projeto educacional mais eficaz com o alargamento do tempo da aprendizagem; a flexibilidade do acompanhamento do professor em uma turma por mais de um período letivo; a maior integração curricular; entre outras que acabaram por destituí-la de uma perspectiva de educação democrática e emancipadora.

Com a pesquisa, foi possível observar que esses valores discursivos foram acolhidos de diferentes maneiras pelos gestores da FME, especialmente em função do partido político à frente nos períodos analisados. Nas duas gestões do PDT (1999-2002); (2009-2012) foi possível verificar que as influências do capitalismo global apresentaram-se de forma contundente nos textos, embora tenham tido variações em função do tempo histórico em que foram produzidos e pelo nível de associação desses discursos a outros – a primeira esteve mais relacionada aos aspectos da eficiência; a segunda teve como ênfase mais explícita a performatividade.

Já na gestão do PT (2005-2008) foi possível observar um discurso de oposição e reprovação a essa lógica, o que não significa afirmar que não sofreram influência desse modelo, contudo, no âmbito do seu DPO revelou-se crítico a esse ideário. Esses dados permitiu-me constatar que os efeitos da globalização não são fixos e que os seus projetos não são determinantes. Ao contrário, o campo de recontextualização oficial/CRO representa um espaço para que o discurso regulador venha ser modificado ou mantido. Isso dependerá dos interesses disputados no contexto local e sua interação com o contexto global. Portanto, o estudo refuta que existe uma homogeneidade imposta pela globalização da economia.

2. A política de ciclos no contexto local participou da disputa por significados educacionais...

Com o estudo pretendeu-se mostrar ainda que existem produções para além da apropriação dos termos centralizados. Mas, dinâmicas capazes de reconfigurar o intento das atuações do Estado, em virtude das disputas ideológicas locais. Foi possível perceber com a pesquisa que embora a política de ciclos já esteja vigorando há 14 anos na rede municipal de Educação de Niterói/RJ (1999-2012), os seus significados foram recontextualizados nos textos oficiais, redimensionando o currículo, a pedagogia e a avaliação ao longo de sua

trajetória. Confirmando a hipótese inicial desta tese, notou-se que embora a trajetória da política possa cobrir uma ideia de continuidade, ela é “incoerente, e instável, realizada de modo diferente devido às condições e aos compromissos” (BALL, 2005) assumidos pelos gestores locais. Portanto, não revelou um DPO homogêneo. Concretamente observaram-se as seguintes disputas por significados: (a) a proposta “Construindo a Escola do Nosso Tempo” tratou a política de ciclos como possibilidade de garantir a permanência dos índices de aprovação na rede e gerar por meio das suas práticas organizacionais, a eficiência ao sistema educacional; (b) a proposta “Escola de Cidadania” tratou a política de ciclos como um sistema possível para um projeto educacional mais democrático, na medida em que buscou versar novos princípios com as práticas organizacionais; (c) a proposta “Escola de Cidadania e Diversidade cultural” tratou a política de ciclos de modo secundário em seu discurso, na medida em que declarou que a manteve em respeito à história da rede e ao se apropriar de alguns elementos da política, a justificou associando à eficácia na aprendizagem.

3. Os textos da política de ciclos local são fruto de um processo de negociações provisórias...

Foi possível observar que em todas as propostas da política de ciclos no contexto local encontra-se um permanente processo de negociação implicando em resultados de acordos estabelecidos, embates decorrentes de posições diversas e garantia pela manutenção dessas posições nas definições do DPO: (a) na proposta “Construindo a Escola do Nosso Tempo” que emergiu para substituir a política de “avaliação continuada”, a negociação foi evidenciada quando o gestor propôs o retorno à reprovação. À época, embora muitos profissionais do contexto da prática e do grupo de gestores do governo anterior estivessem insatisfeitos com os efeitos da política de avaliação continuada, manifestaram-se em prol dos princípios político-educacionais até então acolhidos na Rede. Nesse contexto, a política de ciclos foi negociada como mediadora dessas demandas, propondo assim, o alargamento do tempo para a aprendizagem, mas com a possibilidade de retenção entre os ciclos; (b) no caso da proposta “Escola de Cidadania” o contexto da prática esteve bem presente no contexto de produção do texto, desencadeando com isso, um movimento inverso. Os gestores buscaram assegurar um discurso de oposição, entretanto, nos procedimentos encontrados no texto, observa-se a manutenção de alguns

princípios de lógicas conservadoras que foram justificados pela negociação estabelecida no processo de produção do texto com os sujeitos atuantes no contexto da prática; (c) em relação à proposta “Escola de Cidadania e Diversidade Cultural” nota-se no texto a tentativa de acolher todos os discursos até então realizados na rede, ocultando com isso uma mudança mais explícita. O texto buscou legitimar a ideia de continuidade como estratégia de negociação, mas associou os discursos a outros valores emergentes: o multiculturalismo liberal e a reforma educacional.

4. A política analisada no contexto local não revela uma modalidade de ciclo especificamente determinada. Representa uma bricolagem...

Observou-se como tendência das propostas a apresentação de cópia de fragmentos e partes de ideias de outros contextos para fundamentar a política de ciclos. Por isso, não há uma definição clara da modalidade defendida, ao contrário, identifica-se uma hibridização de discursos de acadêmicos nacionais e internacionais; discursos mais voltados às questões práticas do cotidiano; discursos como os de valorização dos saberes dos alunos, da pedagogia diferenciada, do currículo integrado, da ampliação do tempo para aprendizagem, encontrados em diferentes políticas no mundo. Nessa direção, as propostas “Construindo a Escola do Nosso Tempo” e a proposta “Escola de Cidadania e Diversidade Cultural” trataram a política de ciclos em seu termo universal, associando-a as finalidades defendidas no seu projeto educacional. No caso da proposta “Escola de Cidadania” ressalta-se uma discussão em torno do assunto, assumindo em seu texto a mescla da modalidade do ciclo de aprendizagem com a modalidade do ciclo de formação em consonância com o discurso desenvolvido. Desse modo, a discussão sobre os ciclos em Niterói, somada a outros discursos, têm suas “marcas originais apagadas pela interconexão estabelecida em uma bricolagem” (LOPES, 2005, p.58).

5. O enfoque gerencial e performático promove implicações à política de ciclos com base em práticas democráticas e emancipadoras...

Embora ocorram variações na forma de apropriação dos discursos reguladores ativos no contexto global, é necessário considerar uma tendência cultural que nos atravessa. Visto desse ângulo, concordamos com Bernstein (2003) quando pontua que embora os discursos pedagógicos tenham diferentes

enfoques, o enfoque gerencial de todas as instituições, em todos os níveis, é semelhante, tornando a estrutura administrativa como dispositivo para fornecer uma cultura empresarial competitiva. “Existe assim um deslocamento entre a cultura do discurso pedagógico e a cultura gerencial” (ibid., p. 103). Nesse sentido, as metas e o cumprimento de tarefas que são definidas fora do espaço escolar, afetam as relações e inibem o discurso político com base em práticas emancipadoras e democráticas, tornando-se imprescindível um trabalho de formação de base com os profissionais da educação.

Além disso, é importante destacar que a proposta “Escola de Cidadania e Diversidade Cultural” foi amplamente influenciada pelas políticas de responsabilização propostas pelo MEC que estabeleceu relações entre a avaliação, financiamento e gestão, por meio de sua relação gerencial com os municípios. Isso se intensificou especialmente em 2008 com a assinatura dos gestores que firmaram o compromisso atingirem metas ao longo de determinado período. Desse modo, considero relevante para futuros estudos, uma análise das medidas empreendidas com a atual gestão do PT (2013-2016) para compreender de que modo irão se posicionar frente às novas demandas e até que ponto os discursos de oposição serão sustentados.

6. A organização da escolaridade em ciclos pode dissimular a reprodução cultural dominante ao conjugar a ênfase em desempenhos avaliáveis e competências compartilhadas...

Com o estudo, foi exposto que a organização da escolaridade em ciclos em sua concepção original aqui no Brasil propõe maior igualdade nas relações e nos espaços escolares, por intermédio do enfraquecimento da *classificação* entre os sujeitos e os conhecimentos – o que representa uma mudança no currículo e maior repartição de *poder* e o enfraquecimento do *enquadramento* confiado à pedagogia e a avaliação – o que representa uma mudança na realização da prática pedagógica e maior repartição do *controle*.

Vale, contudo considerar que a primeira mudança, para que a proposta de fato viabilize uma educação mais democrática está necessariamente relacionada à concepção que se tem do conhecimento, que deve abandonar a lógica de conhecimento transferível e assumir a lógica do conhecimento compartilhado. Caso contrário, ainda que a política alcance mudanças expressivas no espaço escolar com a sua maneira organizacional mais

progressista¹¹²: onde o controle do professor sobre o aluno está mais implícito do que explícito; onde idealmente o professor prepara o contexto pedagógico para que seja explorado e rearticulado pelo aluno; onde neste contexto preparado, aparentemente o aluno tenha amplos poderes do que escolhe e sobre o modo como organiza o ritmo de aprendizagem (BERNSTEIN, 1984), ela estará simplesmente contribuindo para uma aquisição eficaz do conhecimento culturalmente legitimado a classe popular, contudo ainda envolvida com reprodução cultural dissimulada.

Desse modo, para que a política de ciclos se constitua em um projeto educacional mais democrático é necessário (re) significar a organização do contexto da escola e a sua realização pedagógica de modo que todos os indivíduos tenham oportunidades de se desenvolverem intelectualmente; compartilhem de sua cultura na construção de conhecimentos e atuem conscientemente no processo social em que estão inseridos para a construção, manutenção ou mudança da ordem social.

Na análise empreendida nos textos foi possível observar uma tendência em que a política de ciclos sustentada na valorização das competências compartilhadas não se apresentou de forma legítima nas propostas analisadas, mas foi embutida numa lógica ainda seriada que valoriza os desempenhos avaliáveis. Essa não é uma questão homogênea nos discursos. Isso se deu com algumas variações que merecem destaque:

- Nos textos produzidos na gestão do PDT (1999-2002); (2009-2012) foi possível considerar com a análise que seus DPO tiveram como orientação os significadores do mercado que segundo (Bernstein, 1996, p. 130), “reposita no interior de sua própria ideologia características de discursos aparentemente de oposição”. Desse modo, configurou-se uma construção complexa, pois ao mesmo tempo em que os textos realizem crítica a propostas mais tradicionais (passividade do aluno, fragmentação do conhecimento, tempo rígido para a aprendizagem, isolamento do conhecimento escolar das atividades práticas cotidianas, a não valorização da cultura do aluno, entre outras) elas se associam a novos discursos elitistas.

¹¹² De acordo com Bernstein (1996) as modalidades podem ser classificadas como conservadoras, progressistas ou radicais.

- No que se refere ao texto produzido na gestão do PT (2005-2008) observa-se que embora tenha sofrido influência das diretrizes da reforma global, recorreu em seu discurso à narrativas fundamentalista defendendo a democratização e participação popular na tentativa de resgatar o conceito de igualdade e cidadania participativa. Portanto, em seu DPO optou por um movimento que simbolizava a resistência a lógica dominante cultural dominante, argumentando em favor de uma reorientação curricular sintonizada com um projeto de emancipação dos sujeitos.

Por fim, conclui-se com a pesquisa que diferentes finalidades sociais foram conjugadas no discurso pedagógico da política de ciclos: (a) as de cunho eficientista associadas ao desenvolvimento da economia e participação competente no mundo global; (b) as de emancipação para igualdade na participação política e (c) as de equidade e eficácia para inclusão das identidades plurais. Em termos gerais, com o estudo conclui-se que a trajetória de 14 anos da política de ciclos na rede municipal de Educação de Niterói/RJ não garantiu um discurso homogêneo no cenário educacional em que é desenvolvida, não se comprometendo efetivamente com uma educação democrática. Isso, porque, ao interagir com um conjunto de discursos e textos ativos no campo educacional, a política participou de disputas pela definição e distribuição de significados, realizações e organizações da prática pedagógica.